



Diário Oficial da Assembleia Estadual Constituinte

Nº 19

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO SOLENE DA
ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 1989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Especial da Assembleia Constituinte Estadual, na qual o fórum paranaense pelos Direitos da Mulher, composto por inúmeros segmentos representativos na luta pela igualdade entre homens e mulheres, fará a entrega de suas propostas e reivindicações aos Senhores Deputados Constituintes, no intuito de contribuir e possibilitar que a Constituição do Estado, em fase de elaboração, seja mais democrática, assegurando direitos e protegendo interesses de todo o conjunto da sociedade paranaense.

Tenho a satisfação de conceder a palavra a Sua Excelência a Senhora Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Depu-

tadas, Companheiras dos movimentos aqui presentes. (Lê):

Nós mulheres brasileiras, comemoramos este 08 de março, com a alegria de uma vitória muito especial: A condenação do agressor de Tina. A ela dedicamos esta Sessão Solene Comemorativa do Dia Internacional da Mulher, homenageando a todas as Mulheres, através de sua tenacidade e firmeza, que a transforma num verdadeiro símbolo vivo de nossa luta pela igualdade e por uma sociedade justa para homens e mulheres!

A mulher paranaense -, aqui representada pela diversidade de movimentos femininos, reunidos no fórum pelos direitos da mulher - escolheu esta Sessão Solene do Poder Legislativo para festejar sua data. Porque neste 08 de março, o papel do Poder Legislativo é da maior importância para a luta da mulher. Tem início a elaboração das Leis Complementares à nova Constituição do País, bem como as Assembleias Estaduais Constituintes. Agora, e principalmente no Plano das Leis que se trava a nossa luta.

Queremos transformar em lei o nosso direito à igualdade que estamos conquistando na prática. Queremos ver reconhecida a importância de nossa contribuição para a sociedade. Somos mais da metade da população e do eleitorado. Mais de um terço dos trabalhadores. Nos centros de ensino e no mundo produtivo estamos, lado a lado com os homens, transformando a história. Em nós, está o poder de gerar a vida, algo tão profundo e significativo num tempo em que, apesar do avanço tecnológico e científico, - a humanidade está sob a permanente ameaça da guerra e da destruição não tendo superado ainda a fome, a miséria e a ignorância que atingem dois terços dos povos.

A Democracia que o nosso povo está conquistando, é de suma importância para nós. É nos países de maiores liberdades democráticas e conquistas sociais que as mulheres têm reconhecido o seu espaço e os seus direitos. Por isso o fortalecimento do processo democrático é vital para nós. Queremos viver e construir para nossos filhos um país moderno e novo, onde a independência nacional e a primazia do trabalho, sejam as bases de uma mais justa distribuição desta imensa riqueza e dos benefícios sociais, onde não falem condições dignas de vida para todos, como educação, saúde, moradia e trabalho.

É aí, que se insere a nossa luta. Er-
guemos nossas vozes contra a violência de

que tem sido vítima a mulher brasileira, muitas vezes com a cumplicidade das instituições e de parcelas da sociedade. A violência da discriminação no lar, na escola, na rua, no trabalho e na vida pública. A violência física da agressão dos homens despreparados para a igualdade e o respeito à mulher. A violência das leis que, atrasadas, ainda têm na mulher um mero acessório. A violência da dupla jornada de trabalho a ser vencida pela mudança de mentalidade e pela divisão do trabalho doméstico pelos homens.

É contra isso que temos lutado, construindo nossas entidades, mobilizando as mulheres - sobretudo as trabalhadoras - deste País, despertando-as para a luta, conquistando os conselhos da condição feminina que assumem o papel do Estado democrático no resgate de nossos direitos. Cavando nosso espaço nos partidos políticos, movimentos associativos e sindicais. Assumindo a liderança, apesar das chacotas e de toda a velha carga de preconceitos e tabus que ainda pesam sobre a condição feminina e precisam ser enfrentados: contra nós age o conservadorismo daqueles que desejam manter a mulher submissa, porque desejam manter também uma sociedade calada e explorada.

No recente processo constituinte, com muita luta asseguramos: A punição para a discriminação, a maternidade reconhecida como função social relevante através das licenças gestantes de cento e vinte dias e paternidade, creches e pré-escolas obrigatórias para nossos filhos e futuros cidadãos deste País. A igualdade na sociedade conjugal de qualquer tipo e a abolição das diferenças entre os filhos. Agora, a trabalhadora doméstica também é gente. O número de filhos que temos não pode mais ser injustamente culpado pela miséria e, o nosso direito ao controle sobre a reprodução - sem interferência de qualquer natureza - está garantido!

Tudo isso, sem dúvida, inaugura um novo tempo na história deste País e da luta feminina.

Queremos ver estas conquistas transformadas em realidade em nosso Estado. Com uma política estadual de creches e pré-escolar em toda a rede pública de ensino, cumprimento das licenças maternidade e paternidade, implantação do plano de assistência integral à saúde da mulher, realização da interrupção da gravidez pela rede hospitalar do Estado nos casos previstos em Lei, a perenidade dos órgãos públicos que nos defendem contra a violência física e moral e o fim da discriminação na vida pública e no serviço público civil e militar.

É para sermos ouvidas que aqui festejamos este 08 de março e trazemos a esta

Assembléia Estadual Constituinte o conjunto de nossas reivindicações.

Estaremos atentas a cada etapa dos trabalhos para que nossas conquistas não sejam adiadas. E depois estaremos fiscalizando o cumprimento destas leis de modo a transformar a nossa sociedade, erradicando a discriminação, seja ela sexual ou de todas as outras formas com que se travestir.

Estaremos atentas e participes, como mães, educadoras, trabalhadoras e cidadãs!

Saudamos este 08 de março: Viva o Dia Internacional da Mulher!

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)-

Convido Sua Excelência a Senhora Deputada Irondi Pugliesi a assumir a direção dos trabalhos e Suas Excelências as Senhoras Deputadas Vera Agibert e Amélia Hruschka a assumirem a 1.^a e 2.^a Secretarias, respectivamente.

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) - Continuando a nossa Sessão Especial, quero registrar aqui a presença da nossa Secretária de Estado, Gilda Poli, e também representando o Senhor René Dotti, Secretário da Cultura, a Senhora Lucimara Micastró.

Concedo agora a palavra a Sua Excelência, Senhora Deputada Vera Agibert para que faça o seu pronunciamento.

A SRA. VERA AGIBERT - Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. (Lê):

"A condição da mulher está se modificando em nossa sociedade, graças ao padrão de desenvolvimento e à evolução geral da civilização.

Mas após tantos anos de luta pela emancipação feminina, a mulher ainda é vítima de discriminações que se refletem em muitas dimensões.

Por isso esta reunião, que hoje realizamos, soleniza a importância da participação feminina na sociedade paranaense e baliza as contribuições que estão sendo trazidas para a nova constituição do Paraná.

Para a elaboração constitucional, os movimentos de mulheres estão atentos. Mas, cumpre chamar a atenção para o fato de que, após a preparação da Carta Magna do Estado, os Vereadores nos Municípios também serão chamados a escrever, com autonomia, as respectivas Leis Orgânicas dos Municípios e, dependendo de mobilização, apresentarão textos mais ou menos condizentes com as nossas aspirações.

Por isso que, em todas as dimensões, reclamamos a participação efetiva da mulher na ampliação da sua esfera de direitos. Ainda recentemente, em Curitiba, a mulher se mobilizou na defesa da vida, re-

sultando na sanção da sociedade a um comportamento criminoso que não fôsse esse vigoroso esforço, talvez resultasse impune.

A sociedade brasileira desperta de seus valores patriarcais que, na maioria das vezes, não têm justificativa. Porque a mulher é a parceira reconhecida no lar e na família.

Como mãe, é a mulher que dá à sociedade os bons cidadãos, ela os forma no culto dos valores positivos, de justiça, de amor ao próximo, solidariedade e de trabalho.

Ainda no lar, é a mulher que conserva os bens da família, zelando pelos haveres com a parcimônia, o espírito de renúncia, que raia à virtude. Tanto que os pensadores gregos fizeram derivar dessa virtude feminina uma das ciências mais complexas da sociedade. A economia, cuja tradução literal seria "Lei da Casa Familiar".

Mas também na profissão a mulher assume posição de crescente relevância. Não há mais campo profissional que seja vedado à mulher, respeitada as diferenças de força muscular e configuração fisiológica que não antepõem - mas complementam - ambos os sexos.

Na indústria, no comércio, na política, como profissional liberal ou trabalhadora, a mulher galga degraus, e reduz os horizontes da discriminação a que estava antes submetida.

Na legislação brasileira recente, derivada da constituição cidadã de 1988, os direitos da mulher são reafirmados à plenitude.

Mas é oportuno reconhecer que a direitos iguais correspondem deveres similares. Precisamos ser realistas e não pleitearmos o impossível antes trabalhando pelo real e pelo possível, sob pena de fazermos voltar contra a mulher conquistas pretensas que acabariam lhe barrando o acesso a acrescidas responsabilidades.

Outro ponto que desejo ferir, na representação do eleitorado que outorgou este mandato da Deputada Estadual, é a delicada questão de número de filhos.

A natural ascensão da mulher e a urbanização levam a uma progressiva redução na prole. Não obstante, um planejamento familiar que respeite as convicções do casal e que se baseie em métodos aceitáveis, pode contribuir para a melhoria dos padrões de higiene, de alimentação e de educação das novas gerações.

Nessa dimensão, devemos contar com efetiva participação dos Poderes Públicos Estaduais e Municipais na esfera desse planejamento aberto e democrático. Mais que tudo, responsável e moral.

O que combatemos é a adoção ampla de métodos e a pretexto de limitar a carga da

mulher significam até a morte de um novo ser como a liberação do aborto.

O aborto não tem justificativa no geral dos casos, porque desde a concepção existem novo ser, que tem direito à vida.

E os valores básicos de nossa civilização fluem todos no sentido de respeitar a vida.

Acima de tudo, entendo que o Brasil e a humanidade, na sua crescente parcela de povos civilizados, respeitam a mulher, no seu triplice papel de companheira, de mãe e de parceira, na construção de um mundo melhor.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Gostaria também de dizer que está presente entre nós Mária Soares de Azevedo, Vice-Governadora do Clube Soroptimista Internacional da América do Sul, e também de Nordélia Castelo Branco Gradowski, Presidente do Clube Soroptimista de Curitiba; dizer que nossas propostas estão sendo assinadas por 41 entidades do Paraná, e gostaria de ler o nome de todas, para que todos aqui tivessem conhecimento:

União Brasileira de Mulheres; Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, Seção do Paraná; Sindicato dos Enfermeiros do Paraná; Sindicato dos Sociólogos do Paraná; Sindicato dos Assistentes Sociais; Sindicato dos Empregados nas Empresas de Asseio e Conservação do Paraná; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná; Movimento Popular de Mulheres do Paraná; União de Mulheres de Curitiba; Associação Profissional dos Empregados Domésticos Santa Zita; Women's Clube de Curitiba; União Paranaense dos Estudantes; Correntes Sindical da Secretaria do Estado do Paraná Sindical Classista; Conselho Comunitário de atendimento integrado ao Deficiente; Sindicato das Secretarias de Estado do Paraná; Federação de Mulheres do Paraná; Conselho de Pais e Mães do Centro Cívico; Movimento de Mulheres 8 de Março; Club Soroptimista Internacional de Curitiba; União Cívica Feminina Paranaense; Associação Boca Rouge; União de Mulheres de Jacarezinho; União de Mulheres de Pato Branco; Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos; Sindicato dos Fumageiros; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação; Conselho Federal de Assistentes Sociais; Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina; Conselho Municipal da Condição Feminina de Paranavaí; Conselho Municipal da Condição Feminina de Toledo; Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba, extinto, Clube de Mães Doce Lar de Matinhos; Associação de Mulheres de Coronel Vivida; Movimento de Mulheres de União da Vitória; Movimento de Mulheres de Ivaí;

Bah' I; Coordenação Nacional da Mulher; Grupo União e Consciência Negra; União de Mulheres de Paranavaí; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Jandaia do Sul; e, Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, todas essas mulheres e essas entidades, assinam esse documento que está sendo entregue para os Constituintes do Paraná, faltando ainda, algumas entidades do Interior do Estado, que não puderam comparecer aqui hoje, mas que também avalizam essas propostas, que são encaminhadas aos Constituintes do Paraná.

Agora, concedo a palavra a Sua Excelência a Deputada Amélia Hruschka, para que profira o seu pronunciamento.

A SRA. AMÉLIA HRUSCHKA - Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras aqui presentes, Secretária da Educação Gilda Poli.

O Dia Internacional da Mulher, comemorado mundialmente nesta data de 08 de março, é um momento de pausa da nossa sociedade e de todo o mundo, para reflexão sobre a importância da participação da Mulher no mundo em que vivemos.

Não é apenas para prestar merecidas homenagens à Mulher, mas também, principalmente, para reconhecer uma luta que vem acontecendo e crescendo e cada ano, a cada mês, a cada dia: a luta em defesa dos direitos da mulher.

Por muitos anos, por alguns séculos, a mulher esteve submetida a rígidos padrões morais e sociais, incompatíveis com a democracia e o respeito mútuo que norteia o relacionamento homem-mulher. Por muito tempo as mulheres sofreram preconceitos inconcebíveis, discriminações de cunho reacionário, com objetivos implícitos ou explícitos de negar a sua participação no mercado de trabalho, na ciência, nas artes, na cultura e nos mais variados segmentos da sociedade.

Discriminada, violentada nos seus direitos essenciais, a mulher encontrou forças para resistir e lutar pela defesa de seus direitos, pela conquista de seus objetivos políticos e sociais.

A sociedade como um todo, os países de todo o mundo, foram os grandes beneficiados por essa resistência, por essa luta da mulher na conquista de seus direitos, porque isso significou o progresso, a evolução técnica, científica, política e cultural, em todas as áreas onde a mulher atua.

A própria convivência familiar passou a ser mais humana diante da conscientização da Mulher, que obrigou os homens a participarem de forma mais acentuada na educação dos filhos e na manutenção do lar. Dentro desse princípio, laços de relacionamento e amizade foram estreitados, beneficiando diretamente o futuro cidadão,

trazendo maior felicidade para a família, a célula máxima de qualquer Nação.

Seria um erro acreditar que o trabalho de conscientização foi realizado apenas pelas entidades de defesa da mulher surgidas nos últimos anos. Entretanto, erro maior seria não reconhecer o importante e destacado papel que essas entidades tiveram no incentivo, ao despertar dessa conscientização.

Por isso devemos reconhecer nesta data o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e pelos conselhos estaduais e regionais, que centralizaram e direcionaram as lutas em todo o País.

Um exemplo claro desse trabalho ainda está na memória da maioria das pessoas: a votação de propostas para a elaboração da Constituição em vigor, onde as mulheres reunidas em torno do Conselho Nacional realizaram um trabalho brilhante. Esse trabalho envolveu a utilização de "out-doors", publicação de matérias em jornais, rádio e televisão, visando sensibilizar os senhores congressistas a aprovarem as propostas apresentadas pelas mulheres. No dia 20 de julho do ano passado, essa campanha culminou com a entrega ao relator Bernardo Cabral do documento contendo onze pontos inegociáveis, para resgatar os direitos da mulher brasileira.

Atualmente, a campanha que vem mobilizando as mulheres no Brasil, é a campanha contra a discriminação racial, e a exemplo das campanhas deflagradas anteriormente, merece também o nosso apoio e solidariedade efetiva.

A nível internacional, a luta das mulheres está crescendo vertiginosamente. Desde a liderança mundial de Margaret Thatcher, na Inglaterra, às eleições presidenciais de Corazon Aquino nas Filipinas, de Benazir Butto no Paquistão, ao trabalho incansável e mundialmente conhecido das Mães da Plaza de Mayo, na Argentina, o Cotidiano Mulher de Montevideo, no Uruguai, o 1º Seminário de Política sobre Mulher Jovem na América Latina, o crescimento da participação da mulher árabe palestina a ponto de chegar a 50% daquele Parlamento no exílio, a resistência das mulheres nas guerras e conflitos.

Porque se o homem morre como herói na guerra, a mulher morre duas vezes, quando morto é o seu filho. E o amor materno, a dor humana, não tem idioma nem pátria, mas é universal.

No Brasil, temos a participação expressiva da mulher nas últimas eleições: foram eleitas prefeitas municipais, mulheres de 40 municípios, entre os quais, duas das principais capitais.

Todos esses fatos demonstram claramente que a mulher está conquistando o seu

lugar de direito na sociedade em que vivemos.

Todos esses fatos demonstram que não há mais lugar no mundo para a discriminação, o preconceito e o racismo.

Neste Dia Internacional da Mulher, manifestamos nossa certeza de que a evolução e o progresso da humanidade só serão efetivos, verdadeiramente democráticos, quando permitirem a participação da mulher em sua plenitude, sem discriminação de qualquer espécie.

Obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliese) - Antes de suspender a sessão por alguns minutos, quero convidar o Presidente desta Casa, e da Assembléia Estadual Constituinte, o Deputado Anibal Khury, que aí embairo, entre nós, possamos fazer a entrega da proposta das mulheres, as constituintes estaduais, e que este momento histórico pudesse ser fotografado, para que nós pudéssemos fazer este registro.

Suspendo a sessão, para poder fazer a entrega ao Deputado Anibal Khury, junto com todas as nossas companheiras aqui presentes.

(Suspende-se a sessão por alguns minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliese) -

Reabrindo os trabalhos desta Casa, registrando a presença de Maria de Lourdes Montenegro, Presidente da Executiva Regional da PSDB do Paraná; a Vereadora Neli Almeida, do PMDB; a Vera Mussi Augusto, Presidente do Departamento Feminino do PMDB; e também ratificar que a CUT, Central Única dos Trabalhadores também assina o documento hoje, feito, elaborado pelo Fórum dos Direitos da Mulher Paranaense.

Registramos também a presença do Dr. Ivan Quadros Assad, Presidente da Federação das Entidades dos Servidores Públicos do Paraná.

Dando continuidade à sessão, esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra a todas as entidades signatárias do documento entregue a esta Casa, na presente sessão.

Inicialmente, concedo a palavra a Ilustríssima Senhora Télia Negrão, representante da União Brasileira de Mulheres.

A SRA. TÉLIA NEGRÃO - Quero saudar, nesta data histórica para as mulheres, os constituintes estaduais, nossas companheiras constituintes estaduais, a nossa amiga, e também porque não dizer, companheira, Secretária Gilda Póli, aos nossos constituintes paranaenses, a todos os movimentos de mulheres aqui presentes, e também um abraço aos funcionários e fun-

cionárias desta Casa, que ao longo do ano, e em especial neste ano, trabalharão para garantir os direitos da mulher, na Constituição Estadual.

O dia 8 de março tem para as mulheres um significado especial em todo o mundo: principalmente para as mulheres trabalhadoras. Vocês sabem que, foi no dia 8 de março de 1857, em Nova Iorque, que 139 operárias têxteis morreram queimadas, por lutarem pela redução da jornada de trabalho.

Em 1910, a jornalista Clara Zetk, na conferência internacional socialista de mulheres, propôs que o "Dia Internacional da Mulher" fosse instituído como uma forma de homenagear as mulheres, heroínas de Nova Iorque, que deram a sua vida na defesa do direito ao trabalho.

Mais de cem anos passaram. As mulheres brasileiras vêm lutando há mais de cem anos pelo direito à educação, pelo direito do voto, na luta contra o fascismo, na luta contra a ditadura militar. Foram as mulheres as primeiras a se organizarem pela anistia, pelo retorno dos exilados, pelo retorno dos presos políticos do Brasil, através do movimento feminino pela anistia.

As mulheres lutaram pela realização de eleições diretas, as mulheres foram às ruas, às praças, as mulheres foram às vilas e às portas das fábricas, as mulheres foram a todas as escolas, as mulheres discutiram, debateram, lutaram e batalharam para garantir uma Constituição Federal que assegurasse seus direitos fundamentais como mulheres, esposas, mães, trabalhadoras e cidadãs.

Nós, hoje, temos uma Constituição que assegura certos direitos. Sem dúvida é um avanço, Senhores e Senhoras. Mas, a realidade é que o direito fundamental da mulher ao trabalho ainda continua sendo negado e esta, sem dúvida, é a luta principal das mulheres. As mulheres batem de porta em porta nas fábricas e são obrigadas a mostrarem atestado de laqueadura de trompas. As mulheres, desesperadas, hoje, atrás de emprego, com medo dos empregos elas já chegam falando aos seus patrões: eu já sou laqueada, eu não terei filho, eu sou estéril. Por que, companheiros e companheiras, Senhoras e Senhores? Porque o direito mais fundamental a qualquer cidadão é o direito ao trabalho e tem sido esse o principal direito negado às mulheres brasileiras, o direito ao trabalho.

A alegação, cento e vinte dias de licença maternidade é muita coisa para as mulheres. As mulheres brasileiras, segundo o IBGE, têm hoje durante toda a sua vida apenas dois filhos. Portanto, elas estão reivindicando que a Constituição Federal lhes garanta durante toda a vida, durante

seus trinta anos de trabalho, que elas tenham duzentos e quarenta dias para cuidar de seus filhos. Não é muito, é menos de um ano, para reproduzir a espécie humana.

Os patrões também alegam que a creche é muito cara, que as mulheres são muito caras porque os filhos adoecem. A mulher é tratada como rainha do lar num momento em que é importante para a sociedade traçar o perfil da mulher como meiga, delicada e mãe, mas no momento em que ela ingressa no mercado de trabalho, essa maternidade, que faz dela a rainha do lar, sem príncipe nem castelo, é colocada como impeditiva.

Por isso, neste dia Internacional da Mulher, num momento em que as mulheres brasileiras também estão preocupadas com crise, muito preocupadas, com o arrocho salarial, com o plano de verão que arrochou o salário dos trabalhadores, as mulheres que estão ingressando nesta greve geral, que é necessária para parar este País, dizer basta de exploração! Basta de empreguismo! Basta desta situação de fome, de miséria e de desemprego! As mulheres também querem que todo o povo se lembre que os seus direitos são fundamentais ao trabalho e muito necessário.

As mulheres, neste momento, estão dando a sua contribuição, como sempre deram, para fazer deste País um país democrático, um País livre, um País independente. Elas querem neste momento que a Constituinte Estadual, que a Constituinte paranaense garanta às mulheres servidoras públicas o direito à licença maternidade de cento e vinte dias, o direito à creche, o direito de não serem discriminadas quando vão ingressar na carreira policial civil militar. As mulheres paranaenses querem que os Senhores Deputados Constituintes reconheçam o direito ao atendimento à saúde integral, o direito de todas as crianças paranaense de terem creches, o direito de todas as crianças paranaenses de terem a pré-escola. E nós queremos um pouco mais, nós queremos que na Constituição do Paraná esteja escrito que homens e mulheres paranaenses são iguais perante a Lei, que a imagem social da mulher paranaense será veiculada por todos os seus organismos estatais, de forma que ela seja considerada como cidadã de primeira categoria, e queremos um pouquinho mais: que tudo aquilo que nós mulheres já conquistamos, os Conselhos da Condição Feminina, as Delegacias da Mulher, o Centro de Orientação Jurídica à Mulher que foi despejado há poucos dias, que as casas de abrigo que foram anunciadas e não foram instaladas, que sejam efetivadas, esse é um direito. As Delegacias da Mulher fecharão quando os homens pararem de espancá-las; o Conselho da Condição Feminina poderá deixar de existir no mo-

mento em que as mulheres deixarem de ser discriminadas; e assim por diante. Por enquanto nós vivemos numa sociedade que discrimina a mulher, e a construção de uma outra sociedade, a sociedade que a União Brasileira de Mulheres propugna, que é o socialismo, vai depender de muita luta, de muito trabalho, de muita dedicação de todos nós. Por isso, para esta sociedade, é isso o que nós queremos.

Eu quero ler aqui, Companheiros, uma pequena mensagem da União Brasileira de Mulheres:

"Trabalhadoras, operárias, mulheres!
Dia que é nosso é todo dia.
Dia de nascer, de criar,
Dia de viver, de sofrer,
Dia de se indignar.

Neste 8 de março queremos dizer que este não é mais um dia: é dia de lutar, e nós, mulheres, estamos na luta para acabar com toda a situação de opressão que existe na sociedade e para garantir um mundo de igualdade."

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Quero registrar a presença do Deputado Federal Max Rosermann. Gostaria também de registrar a presença da Presidente da ACE-SI - Associação dos Colaboradores da Escola de Surdos -, Sra. Anice Mesmar, e cumprimentar essas brilhantes mulheres pela sua luta. Quero também registrar a presença de Neuralice Marina, Presidente do Sindicato das Secretárias do Estado do Paraná, ASINSEPAR. Quero registrar também a presença da Vereadora Rosa Maria Chiamuleira, do PTB.

Antes de passar a palavra à próxima oradora, gostaria de ler a mensagem do Partido Comunista do Brasil para esta solenidade.

"O PC do B saúda a luta das mulheres pela sua emancipação".

(Lê)

"As comemorações do Dia Internacional da Mulher, que mobilizam as massas femininas de todo o mundo, remetem-nos à origem da sua instituição. Lembram-nos que foi o heroísmo de 139 operárias têxteis de Nova Iorque, queimadas vivas nos protestos pela redução da jornada de trabalho, que chamou a atenção do mundo para a dupla opressão que se abate sobre a mulher.

As lutas femininas, realizadas através de suas organizações, vêm derrubando aos poucos as barreiras econômicas, sociais, políticas e culturais que submetem as mulheres à condição de cidadãs de segunda categoria.

No entanto, as sociedade de classe que se sucedem não estão conseguindo, nem há o interesse daqueles que dominam, emancipar a mulher, garantindo-lhe o direito ao trabalho, à igualdade social e política, à

liberação das tarefas domésticas ou das funções tradicionalmente "femininas".

Na luta pelo fim da opressão, o movimento de mulheres vai tomando consciência de que são necessárias novas bases econômicas e sociais para a efetiva emancipação da mulher. A sociedade que permite alargar os horizontes femininos, assegurar-lhe a igualdade de direitos, abolindo todas as formas de opressão, em especial daquela que é fundamental - a econômica - é o socialismo.

Por isto o Partido Comunista do Brasil - PC do B, ao saudar as mulheres, que como leões brigam contra todas as barreiras que impedem sua emancipação, reconhece que a emancipação da mulher está indissolvemente ligada à libertação do povo. Sem a sua participação decisiva, será mais longo o tempo de lutas para a construção de um mundo novo, com homens e mulheres de um novo tipo.

E lembra que na grave crise que atravessa o país, é fundamental a união do povo para enfrentar os desafios que se colocam. Conclama todas as mulheres de luta a integrarem a frente popular e democrática para a sucessão presidencial, que incorpore as bandeiras femininas e decida-se pela necessidade de não pagar a dívida externa, realizar a reforma agrária, desmilitarizar o país e garantir a liberdade.

VIVA O DIA INTERNACIONAL DA MULHER!

VIVA A UNIÃO DO POVO, DOS HOMENS E MULHERES DE LUTA, PARA ENFRENTAR A CRISE."

Também registro a presença do Vereador Jorge Samek, do PMDB.

Dando continuidade, passo a palavra à Excelentíssima Senhora Elceli Terezinha Caminha, Presidente da Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, Seção Paraná.

A SRA. ELCALI TEREZINHA CAMINHA - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Senhora Presidente, Deputada Ironi Pugliesi, nobres Senhores Deputados Constituintes, prezados integrantes do Fórum Paranaense pelos Direitos da Mulher, Senhoras e Senhores. (Lê):

"Na condição de Presidente da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica-Paraná integrante do Fórum Paranaense pelos Direitos da Mulher, cumprenos em primeiro lugar apresentar nossa entidade:

A Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica-Paraná, é parte integrante da Entidade Nacional, com sede temporária em Belo Horizonte. Filiada à Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica, criada em 1928, com sede em Paris e composta por 67 países mem-

bros.

A Federação Internacional faz parte do Conselho Consultivo da ONU, OEA e OIT e objetiva a elevação do nível cultural da mulher, além de orientar pesquisas, encaminhar estudos e sugestões aos poderes públicos.

Como mulheres pertencentes à Carreira Jurídica, queremos ocupar este espaço, não para fazer discurso, mas algumas colocações providas de nossa experiência como profissional do direito, e mulher no sentido amplo.

Como profissionais do direito, encaramos as conquistas já alcançadas pelos movimentos de mulheres como vitórias traduzidas em passos firmes, traçados no caminho da verdadeira evolução feminina. Afinal, o caminho se faz ao andar e este caminho é longo. Muitos serão os passos necessários para percorrê-los. Mas estão sendo dados e isto é o que importa.

O que foi dito anteriormente é prova do que afirmamos.

A mulher evolui. Liberta-se... Individualiza-se... Emancipa-se... Profissionaliza-se.

Até há pouco tempo precisava de autorização do cônjuge para exercer sua profissão. Com sua luta fez o direito evoluir. Hoje divide com o companheiro também os direitos, não só os deveres.

A persistência da mulher, auxiliada grandemente pelos meios de comunicação, fez com que ela transpusesse as fronteiras do seu lar, sem deixar contudo de ser responsável por aquele espaço onde exerce a atividade intransferível de mãe, esposa e amiga.

Vivendo ainda dentro de uma sociedade marcadamente tradicionalista e machista, as conquistas que deveriam ser naturais, dentro de um quadro de participação de ambos os sexos, passam a ser olhadas como uma verdadeira competição, onde vence o mais forte e não o melhor. O homem sempre é o mais forte, porque a própria natureza assim o fez, enquanto concebeu a mulher meiga, amante dócil, mas ao mesmo tempo uma lutadora determinada, para ser sua companheira e não sua rival.

E a mulher profissional? Ela vive uma dupla jornada, sem que receba salário igual para igual tarefa.

Necessário se faz neste momento um alerta: nem sempre as conquistas resultam em benefício para a mulher. Não raro, aumenta a discriminação existente. Não pode a mulher exigir igual tratamento quando propugna por deveres diversos.

Lembro palestra aqui proferida pela nossa associada Dra. Eva Marie Von Muench, eminente jurista alemã, em julho de 1987, quando discorrendo sobre o tema "Salário igual para o trabalho igual", nos alertava

que muitas das conquistas alcançadas pela mulheres européias, na prática, transformam-se em fatores impeditivos à sua profissionalização em condições de igualdade com o homem.

Relatava então a Dra. Eva, que hoje movimentos feministas europeus lutam para deixar sem efeito o que se pensou fossem direitos alcançados pela mulher.

Assim, é grande a responsabilidade dos movimentos femininos brasileiros, que em primeiro lugar devem ter em mente a condição da mulher como cidadã, e grande a responsabilidade dos legisladores que neste momento são também constituintes.

Na elaboração da Carta Magna do Estado do Paraná, temos certeza de que a participação da mulher será preponderante, porque o seu espaço há que ser assegurado.

A Constituição do Estado do Paraná haverá de abrir caminhos que levem à justiça, à igualdade, e à fraternidade, não apenas para a mulher, para a criança, para o excepcional, para os idosos, para o índio, enfim, para o homem na mais ampla acepção do termo.

Senhores e Senhoras:

A mulher não caminha só. Seu trajeto é feito ao lado daqueles que ama e respeita, porque afinal, quem abre as portas da vida para a humanidade é a mulher, sem jamais importar com o sexo da vida que traz à luz, pois para ela, todos são iguais.

Chegará o dia em que solenidades como a do momento não terão lugar, não por preconceitos ou discriminações, mas sim porque aprendemos todos a interpretar o texto constitucional e respeitar o preceito fundamental da igualdade.

"Homens e mulheres são iguais nos termos da Constituição."

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Quero registrar e agradecer a presença dos meus colegas de trabalho aqui nesta Sessão Especial das Mulheres do Paraná, o Deputado Anibal Khury, José Afonso Júnior, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, João Arruda, Namir Piacentini, Neivo Beraldim, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, Nestor Baptista, e se faltar mais alguém nós vamos corrigindo aqui, porque estamos olhando e vendo os companheiros aqui presentes e eu gostaria de fazer este registro, porque para nós é importante, termos nossos companheiros de trabalho aqui ouvindo os pronunciamentos de nossas companheiras de luta, na luta pelos direitos da mulher.

Quero passar a palavra, à próxima oradora que representa o Movimento Popular de Mulheres do Paraná, Regina Henclein.

A SRA. REGINA HENCLEIN - Senhoras e Senho-

res Deputados aqui presentes, companheiras, representantes do Movimento de Mulheres, Senhores e Senhoras.

Eu acho que as últimas décadas deste século têm sido apontadas, como um tempo em que homem e mulher, estão tentando compreender, como nunca, a questão do papel do sexo, do papel do homem e da mulher. Os movimentos das mulheres, por mais igualdade, por mais liberdade e direito, são uma realidade incontestável no Brasil e no Paraná também.

O movimento popular de mulheres do Paraná, a partir de 80, tem se preocupado em organizar mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, que vêm se reunindo e aprendendo a dizer essa palavra, aprendendo a descobrir a sua identidade como mulher e também lutando por seus direitos em uma sociedade em que a mulher é considerada marginal, econômico, sócio e politicamente. A sua participação, atuação e organização durante o andamento do Congresso da Constituinte, mostrou a sua garra e a sua vontade de participar e interferir nas decisões que lhes dizem respeito como mulher e trabalhadora.

Na época do Congresso Constituinte, foram milhares de assinaturas, de emendas populares, tentando chegar até aos congressistas constituintes, a nossa fala, as nossas necessidades e os nossos anseios. Achamos também que a organização das mulheres do Paraná é uma realidade incontestável quando se vê mulheres, como domingo próximo passado, duas mil mulheres, na região do Sudoeste, na maioria agricultores ou colonas como dizem, professoras, comerciárias, se reúnem para discutir os avanços que a Constituinte lhes trouxe em termos da questão da mulher e as propostas que elas querem fazer à Constituinte Estadual. Acho que algo de novo está acontecendo também, quando mulheres em um Município como Ivapê ou Novo Mundo, que a maioria de nós não deve saber nem aonde fica no Interior do Paraná, se reúnem no dia 8 de março e começam a discutir essa questão da mulher; acho que o Mundo Novo está começando a surgir, as mulheres reafirmam o seu direito de poder viver, a diferença mas com seus direitos iguais. As mulheres das classes populares têm discutido e opinado sobre tudo que lhes interessa: a licença à maternidade, a questão da creche, a questão da escola, da aposentadoria da mulher agricultora, direitos trabalhistas aos domésticos, reforma agrária, direito da família e do cidadão.

Queria tocar um assunto: se entre as mulheres rurais e as mulheres trabalhadoras urbanas existem diferenças quanto sentir a presença de certos direitos, por exemplo: a questão dos 120 dias, que para a mulher agricultora, é menos sentida, a

mulher agricultora não sente ainda na carne o que é ser trabalhadora urbana, o que é deixar seu filho abandonado, com dois ou três meses, ter que deixar numa creche desmamando, ao mesmo tempo existem percepções diferentes entre as mulheres trabalhadoras rurais e urbanas quanto à questão da creche e da escola, devido à realidade em que essas mulheres estão vivendo, mas existe, e é um ponto que gostaria de abordar mais hoje, em que são unânimes em afirmar a sua gravidade, a sua urgência e a sua necessidade de direito. Acho que esta questão é a questão da saúde, a saúde da mulher, pois estão acontecendo no Brasil e no Paraná, situações alarmantes, que merecem da sociedade e do Congresso Constituinte Estadual consciência e atitudes urgentes. Gostaria de falar um pouco a respeito do que anda acontecendo com a saúde da mulher brasileira e paranaense.

Em primeiro lugar, nós todas sabemos que a mulher e a criança são responsáveis por 70% do volume do serviço de saúde. 70% do volume do serviço de saúde estão em cima da mulher e da criança; e a mulher é usuária por excelência do sistema de saúde, cuidando de si ou levando o seu filho. Sabemos também que o ciclo biológico da mulher é mais diferenciado do que o do homem; a relação com o seu corpo, as mudanças, as variações que acontecem, e a mulher está muito mais presente. É a adolescência com a sua menarca, é a fase adulta com as suas questões de sexualidade, é a concepção e anti-concepção, gravidez, o parto, e na idade madura, a menopausa.

Sabemos também que, pelo sistema de saúde, é que tem acontecido uma das formas de opressão mais violenta contra a mulher, é a opressão que passa pelo nosso próprio corpo; nos medicalizam, laqueiam, estabelecem política de planejamento familiar, à nossa revelia.

Levando em consideração este ciclo biológico da mulher, adolescente, idade adulta, mãe, mulher idosa, vejamos como é que ela está sendo atendida pelo serviço de saúde. Primeiro, a questão de adolescente; adolescente é terra de ninguém, se diz nos postos de saúde. Quer dizer: nem o pediatra atende, nem o clínico geral, nem o ginecologista; e os problemas relacionados com a sua sexualidade estão se agravando dia-a-dia. Sabemos, e existe pesquisa, de que uma em cada 4 adolescentes, é de família com renda baixa, de um salário-mínimo, são mães antes dos 19 anos.

Quer dizer, a sua condição de classe, a sua condição de adolescente, de baixa renda, marca a sua posição como mulher, a sua vida, e o seu futuro; e os serviços de saúde não têm nada até hoje estabelecido em termos de uma política mais concreta.

Na questão da mulher adulta, eu abor-

daria primeiro, a questão da mulher numa fase importante da sua vida, que é a do seu período de gravidez, de gestação, e quando vai ter um filho. A assistência pré-natal, é deficiente no Paraná, em termos regionais, ela não é regionalizada, quer dizer: a região centro, por exemplo, é uma das regiões do Paraná mais deficientes, em termos da cobertura à mulher na sua fase gestacional. A ineficiência na assistência pré-natal tem gerado problemas graves e o mais grave, é o problema da mortalidade materna.

Sabemos que no Brasil, uma em cada mil mulheres morrem pelo fato de estar grávida, e de dar à luz. Quer dizer, o fato de aceitar a maternidade está pesando e tirando-lhes a vida. Mas, é possível reverter isso.

Nos Estados Unidos morre uma mãe a cada dez mil nascimentos. E na Suécia, uma a cada 18 mil; quer dizer, a mulher brasileira e a mulher paranaense incluídas nestes índices, têm dez vezes mais chances que a mulher americana, de morrer quando vai dar à luz.

A questão da mortalidade materna, está muito ligada a problemas de hipertensão, e ligados ao período de gravidez, que poderiam ser resolvidos com o sistema de saúde que melhor atendesse às mulheres trabalhadoras.

Uma outra questão, que acho que os Senhores Constituintes estaduais têm que prestar atenção e perceber os anseios das mulheres, é a questão da cesariana, a OMUS - Organização Mundial da Saúde tem colocado um padrão aceitável de cesarianas em torno de 15% e a realidade do Paraná está sendo gritante em termos dos usos e abusos da cesariana. Sabemos que num levantamento que a CIS-MULHER realizou no Paraná, mais de 28 hospitais do Paraná têm realizado mais de 70% de cesarianas em seus hospitais, quer dizer o parto normal passou a virar uma exceção. De cada cem partos, tem hospitais que realizaram 92 (noventa e duas) cesarianas; é mais um abuso que está fazendo contra a mulher, pondo em risco a saúde dela e da criança, porque nós sabemos também que a cesariana ela provoca, quer dizer quando a pessoa que se submete à cesariana tem riscos maiores para sua saúde e a saúde da criança. Além, Senhoras e Senhores Deputados, da questão dos custos que isso faz reverter para o sistema de saúde. As internações por cesárias são mais caras, que todo o custo hospitalar, é mais caro e é preciso fazer uma vigilância, é preciso que nós legislemos a favor no sentido de coibir esses abusos em termos da cesariana. Quando falamos em cesariana vamos ter que falar numa questão dura que está acontecendo, que é a questão também do planejamen-

to. Nós sabemos que o uso indiscriminado da cesariana além de outros fatores está muito ligado à questão da laqueadura que tem sido feita como método anticoncepcional, apesar de não ser, dentro das instituições de saúde pública.

O IBGE publicou uma pesquisa em 1987 de anticoncepção em que dentre as mulheres paranaenses que estão evitando filhos, 40% delas estão laqueadas, 49,6% usam pílulas e 10% usam outros métodos anticoncepcionais. Aí entra a pergunta: como estão os nossos serviços de saúde na questão de garantir às mulheres o direito à livre escolha? A Constituinte Federal reafirmou de que o planejamento familiar é uma questão de direito exclusivo do casal e que ao Estado cabe fornecer a informação e os meios para o casal escolher os métodos mais convenientes. Mas, a realidade paranaense no serviço de saúde não tem caminhado nesse sentido, além da deficiência que o serviço de Saúde oferece à mulher no planejamento familiar estão acontecendo outros abusos que a Télia Negrão, que nos antecedeu, já colocou, que é a questão da pressão que está acontecendo nas fábricas e a pressão para que a mulher apareça com o atestado que está laqueada, mas, eu vou além. Estão acontecendo, em firmas paranaenses, outras pressões, pressões no sentido de mulheres que nunca tiveram filhos serem pressionadas a tomarem anticoncepcionais injetáveis para garantir o seu emprego. E este anticoncepcional injetável, sendo tomado no posto médico da firma em que a mulher trabalha. Isto é a pressão pura e simples ao direito de escolha da mulher, e que nós temos que criar mecanismos de coibi-las.

A outra questão no serviço de Saúde que merece ser atendida é a questão da mulher na meia idade. Nós sabemos que o câncer de mama e o câncer de útero é o que mais mata as mulheres em termos de câncer e que poderiam ser perfeitamente evitados num serviço de saúde mais eficiente.

Por tudo isso, Senhoras Constituintes, a Constituição Estadual precisa garantir e reforçar o acesso igualitário à saúde de todos, rurais e urbanas.

Precisa garantir um sistema de saúde unificado e ao mesmo tempo regionalizado, com prioridade para prevenção e promoção da saúde ao invés de atividades curativas. A Constituinte Estadual como sistema unificado hoje está descentralizado e precisa garantir um sistema de financiamento claro para a saúde, assim como para a Educação como atividades essenciais.

Precisa garantir a participação comunitária no planejamento, implantação, execução das políticas de saúde. Além do mais, Senhoras e Senhores Deputados, todo o Estado e a sociedade precisam se comprometer com as condições de saúde da popula-

ção feminina.

O Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher que o Ministério da Saúde lançou em 83 propõe uma política de saúde ampla com ações que visem atender a mulher, desde a adolescência até a idade mais avançada. E nós do Paraná precisamos ter a coragem e a responsabilidade de garantir na Constituinte Estadual o atendimento amplo e democrático à saúde da mulher porque estamos preocupadas com a vida das mulheres trabalhadoras, com a geração da vida e com o futuro do Brasil e acreditamos que é possível uma sociedade igualitária onde homens e mulheres possam viver saúde e igualdade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Passo a palavra agora a Elza Maria Campos, representante da Corrente Sindical Classista.

A SRA. ELZA MARIA CAMPOS - Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Senhoras Vereadores aqui presentes, companheiras de luta do dia-a-dia.

Gostaríamos de começar o nosso pronunciamento colocando que, essas mesmas mãos que pararam em Nova York através da luta aguerrida das mulheres operárias também estas mesmas mãos impunham bandeiras de luta unitária neste dia 8 de março "Dia Internacional da Mulher", retrato vivo desta luta é a constituição do Fórum Paranaense dos Direitos da Mulher. E acreditamos que essas mesmas mãos das mulheres paranaenses, das mulheres brasileiras, das mulheres trabalhadoras, que são discriminadas no dia-a-dia, também vão cruzar os braços na greve geral dos dias 14 e 15 de março.

Mas para participar dessa luta que hoje demonstra alguns avanços, a mulher teve alguma trajetória. O Trabalho da mulher sempre foi tratado de modo marginal e esporádico. Ganham em média 60% do salário dos homens e tendo que enfrentar jornadas duplas. Na maioria das nações desenvolvidas os assalariados trabalham 40 horas e para a mulher isso não é referência.

Estatísticas demonstram que uma mulher trabalha de 22 a 90 horas semanais, e isso unicamente nas tarefas domésticas sem contar a sua atuação no trabalho formal. No Brasil esta situação não se diferencia do restante do mundo capitalista. Dados recentes mostram que em 1985, das que ganhavam até meio salário-mínimo, em torno de 2 milhões e 500 mil eram homens e 1 milhão eram mulheres.

Apesar da forte discriminação que esses dados nos mostram, as mulheres devem comemorar as suas conquistas como a licença-maternidade de 120 dias e os 5 dias de

paternidade.

Temos que impunhar bem alto as nossas bandeiras e denunciar veementemente que medidas como o impedimento da mulher ao mercado de trabalho, realizado pelos capitalistas, aos exames venatórios e ainda os que querem impor a esterilização às mulheres trabalhadoras como ocorreu e ocorre, ocorreu o município de Cascavel há uns 2 anos, tivemos agora um relato de que no município do Oeste do Paraná também a Prefeitura Municipal está fazendo gratuitamente esse tipo de esterilização. Então, são denúncias que as companheiras anteriormente já colocaram, como o Movimento Popular de Mulheres, e a companheira Télia Negrão aqui colocou que têm que ser denunciados pelo conjunto das mulheres.

A maternidade e a função social, o reconhecimento e a incorporação desses princípios à vida coletiva é condição para uma sociedade política avançada, o que verificamos no dia-a-dia dos trabalhadores é a vergonhosa corrida da classe dominante, dos empresários, dos latifundiários que vêm usando, não de forma isolada, mas de forma articulada, demissões em massa das trabalhadoras.

Essa luta desenfreada dos capitalistas quando da votação dos 120 dias na Constituinte continua na prática hoje. É um exemplo significativo das dificuldades de acesso ao trabalho à mulher. Demonstra que a bandeira levantada pelas operárias francesas quando da grande Revolução em 1789, delimitava a liberdade de trabalho, continua viva no Brasil de nossos dias.

As limitações impostas ao acesso da mulher no mercado de trabalho, a falta de valorização da atividade produtiva não é um fator casual, e só será modificada com a libertação da sociedade.

Companheiras, a corrente sindical classista realizou um congresso há uma semana atrás e reuniu mais de 700 entidades sindicais, cerca de 3.000 delegados e mais de 30% eram mulheres e além de empunhar bem alto as bandeiras de luta das mulheres brasileiras, também criou a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora. Gostaríamos de colocar aqui que sem a unidade do povo, no sentido de conseguirmos não só unir os partidos de esquerda, mas reunir movimento de mulheres, de unir o movimento sindical, no sentido de avançarmos rumo à liberdade e à independência do País, só esta unidade do povo é que conseguirá mudar a situação de crise, exploração e opressão que vive a mulher no Brasil de nossos dias.

Também, convocar as companheiras, mulheres que sofrem ao longo dos séculos essa discriminação, que nos unamos para que no dia 14 e 15 de março, consigamos levar ao povo às ruas, às mulheres de todo o País, em conjunto com os trabalhadores,

numa vitoriosa greve geral.
Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) Quero registrar aqui a presença do Movimento de Mulheres Rurais do Município de Ivaí. Parabéns às companheiras que se encontram presentes aqui, vindo de um lugar tão longe.

Também a presença da Gladis Floriano, representante da Casa Latino Americano e também dizer do apoio da Federação Paranaense de Cine Clubes à proposta das mulheres

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra, Albone Marisa Pianowski, representante do Clube Soroptimista Internacional de Curitiba.

A SRA. ALBONE PIANOWSKI - Excelentíssima Senhora Deputada Ironi Pugliesi, Presidente da Mesa, Excelentíssimos Senhores Deputados Constituintes, Senhoras integrantes das sociedades e entidades aqui representadas, companheiras soroptimistas, Senhores, Senhoras.

(Lê): "Represento, nesta solenidade, o Clube Soroptimista Internacional de Curitiba, um dos participantes do Fórum Paranaense pelos Direitos da Mulher Constituinte.

O Clube Soroptimista, como primeira entidade de serviços classificados para mulheres, reconhecido internacionalmente há 66 anos, é composto na sua totalidade por mulheres oriundas de grande diversidade de profissões e ocupações, voltadas a um trabalho espontâneo, voluntário, com o objetivo de servir. Para atingirmos nosso desiderato, horas de nosso tempo e talento são destinadas às obras que encetamos.

Soroptimista, etimologicamente, significa "irmã ótima", "irmã amiga", "irmã para o melhor" e, nesse sentido, a fraternidade é o seu objetivo mais próximo. Para nós, o importante é ensinar a quem menos sabe, iniciando pelas próprias irmãs companheiras. Ensinar com amor! O importante é ter simplicidade para receber o ensinamento com dignidade. Aprender com Amor! Esse trabalho é uma conquista cotidiana, fixando na comunidade em que se atua a consciência de Servir.

Assim, não poderíamos deixar de nos manifestar, nesta data comemorativa ao "Dia Internacional da Mulher". E nossa manifestação envolve, sobretudo, a divulgação de nosso próprio trabalho.

Buscamos a melhoria da qualidade de vida do ser humano. Sabemos que se educarmos um homem, educamos um indivíduo, mas se educarmos uma mulher, educaremos uma família. O desenvolvimento econômico e social de uma nação tem, assim, fundamentalmente, intrínseca relação com a melhoria

da condição de vida da mulher. E nem poderia ser de forma diversa, num País como o Brasil, em que representamos 54% da população!

Para a realização de nossos programas abrigamo-nos sob o lema da boa vontade e da compreensão internacional. Sem elas, seria inviável qualquer interesse no desenvolvimento econômico e social, na educação ou na saúde. A partir daí, o Clube Soroptimista Internacional desencadeia uma série de programas para a melhoria da condição de vida. Entre eles, destacamos:

- direitos humanos - a violação a direitos fundamentais do ser humano é denunciada, discutindo-se meios para que o clube possa colaborar na elevação das condições das mulheres em todos os lugares, incluindo mudanças efetivas de proteção através de programas legislativos;

- saúde - em face dos inúmeros problemas enfrentados na área da saúde, como o abuso doméstico, as novas práticas de parto, o câncer do seio, e tantas mais, as soroptimistas promovem campanhas de esclarecimentos e amparo;

- mulher destaque - este programa objetiva a premiação de uma mulher que tenha se destacado, no trabalho comunitário, por mais de dez anos, de forma efetiva, destacando suas habilidades;

- educação - concurso "jovem cidadão", seminário de jovens, meio ambiente, programas da III idade, oportunidade de treino para mulheres, treinamento e desenvolvimento de lideranças.

Percebe-se, destarte, que somos uma força positiva no mundo, fundada na boa vontade de levar adiante o trabalho, até que nossos objetivos sejam alcançados.

Lutamos por um Brasil mais justo e democrático, ratificando assim o desejo do conjunto da Nação, de buscar uma Nova Ordem Social que expresse, sem discriminações e preconceitos, o acesso a condições de vida digna à população brasileira.

Dada essa mostra do caráter soroptimista, Senhores Constituintes, é natural que, no "Dia Internacional da Mulher", unamos nossas vozes às de outras entidades representativas para ressaltar a importância dos debates que se farão em torno da nova Constituição do Estado do Paraná, oportunidade em que o reconhecimento ao papel desempenhado pela mulher na sociedade e na família com certeza será destacada pelas inteligências que compõem este Plenário.

Queremos que, ao lado das homenagens que marcam esta data, possamos contar com a responsabilidade da ação e a profundidade das decisões, alicerçadas no conhecimento da realidade sócio-político-econômica em que vivemos, todas características inerentes a quem, por força do voto popu-

lar, ocupa lugar nesta Casa.

Que a nossa Constituição do Estado do Paraná, a exemplo da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, se destaque na história como aquela que atendeu às imperiosas reivindicações que nos conduzirão, homens e mulheres, à conquista e à consolidação de uma sociedade igualitária e desenvolvida.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) Quero registrar a presença ainda dos Deputados Orlando Pessuti, Djalma de Almeida César, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Raul Lopes, a presença também da Professora Kátia Cortes, representante da Associação dos Professores do Paraná - APP.

Chamo agora, para usar da palavra a Senhora Olga Estefânia Duarte Gomes Pereira, representante da Comissão da Mulher Trabalhadora da CUT.

A SRA. OLGA STEFANIA - Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiros e companheiras de luta, hoje, consideramos que temos muito mais motivos para denunciar e protestar do que para comemorar, porque se nesses últimos anos obtivemos algumas conquistas e avançamos nas nossas formas de organização, não podemos dizer que vimos acabar a discriminação, a violência, a dupla jornada de trabalho e a super exploração que sofremos. Nossos dias têm sido marcados por muitas lutas, todos sabem que conquistamos 120 dias de licença maternidade e 05 dias de licença paternidade e também que a sua aprovação causou uma forte reação por parte dos empregadores de todo o Brasil, que equivocadamente dizem que são impossíveis de serem adotados, pois oneram por demais os seus lucros.

Acredito que os senhores empresários já devam ter a informação de que o custo dessas medidas cairá sobre as folhas de salários e que tem cobertura pela Previdência Social, ser descontado dos nossos próprios salários e que isso representa 0,09% desta folha, porque se fosse calculado sobre o custo global da empresa, esse índice seria muito menor.

Sentimos na pele e no estômago o peso da discriminação, quando nos apresentamos para ingresso em algumas empresas e nos exigem o teste de gravidez, como se isso comprovasse a nossa competência para a realização dos trabalhos. Hoje, além desta humilhação, querem provas de que somos estéril através de exames médicos ou passando pelo exame ginecológico com o médico da empresa ou por ela indicado. Sabemos muito bem que a nós também é dada a tarefa da educação e cuidado com os nossos filhos,

como se dependesse unicamente de nós a garantia da reprodução humana. Temos provas disso: todas as vezes que fazemos uma negociação para a convenção coletiva de trabalhos e que no item em que reivindicamos creche para os filhos dos trabalhadores, se e quando nos atendem, dizem que só têm direito os filhos da mulher, os filhos do homem não têm direito algum.

Nós representamos 32% da força de trabalho deste País e sequer temos o direito assegurado da educação para as nossas crianças na faixa etária de 0 a 06 anos. Os empresários e os Governos se esquecem que os nossos filhos serão os trabalhadores do futuro. Para que tomem conhecimento, hoje, temos à criança pequena, em creches e pré-escolas, apenas 10% da necessidade e metade disso está no setor privado, o que faz com que a classe trabalhadora não tenha acesso a esse atendimento.

Companheiros e companheiras, esse povo, essas mulheres têm muito que lutar ainda para tornar este País digno, numa sociedade sem exploradores e sem explorados. Gostaria também, em nome da central única dos trabalhadores, convocar em conjunto com todos os movimentos para que estejamos no dia 14 e 15 de março na greve geral com força, para darmos fim a esse plano ladrão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Passou a palavra agora, a Maria de Fátima Azevedo Ferreira, representante do Conselho Federal de Assistências Sociais e do Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA A. FERREIRA - Senhoras Constituintes, colegas e companheiros de trabalho, eu quero dizer inicialmente que é com muito orgulho que falo nesta Casa, num momento muito importante, onde está sendo feita a Constituição Estadual e que nós, enquanto trabalhadoras, enquanto cidadãs, enquanto paranaenses, eu particularmente paranaense por adoção, esperamos que esta Constituição Estadual represente os verdadeiros anseios do povo do Paraná.

Com muito orgulho, em nome do Conselho Federal dos Assistentes Sociais, e dos Sindicatos dos Assistentes Sociais, que é uma categoria de trabalhadores, e trabalhadoras, principalmente a grande maioria dos assistentes sociais, 93% são mulheres. Portanto, é uma questão que me identifico muito com o trabalho da mulher.

Agora, companheiros, ao falar no 8 de março, nós não podemos falar apenas de festa, mas temos que falar da realidade que a mulher trabalhadora está passando

hoje no Brasil. Um problema de discriminação, que já vem de há muito. Discriminação que começa desde a preparação do encaval, que hoje com o modernismo já não é mais azul, é cor-de-rosa. Mas, que sempre é, as cores claras para as meninas, e as cores mais escuras para os meninos.

E vem depois todas as brincadeiras, onde as das meninas são sempre para prepará-las para as tarefas domésticas, enquanto que a dos meninos são para prepará-los para as questões mais importantes: que passa também pela questão da sexualidade, onde também, ainda quando criança, a sexualidade quando a criança é encontrada procurando o sexo, a criança masculina é tida como engraçada, e o pai acha aquilo muito glorioso, e a mãe também, mas quando é menina é recriminada. Então estas recriminações perpassam pela adolescência, da mesma forma como já foi colocado aqui. É quando as adolescentes têm também, nas escolas toda uma vida pautada às tarefas domésticas, à preparação até para as categorias, aquelas categorias que hoje dizem mais respeito à preparação da mulher como enfermeiras, assistentes sociais e outras.

A questão da saúde hoje, é uma questão primordial, hoje nós não somos temos muito poucas medalhas de ouro nas Olimpíadas, mas, somos medalhas de ouro em termos de cesarianas. Somos medalhas de ouro em termos de abortos, que são feitos, quando na maioria são com óbitos. A discriminação hoje caminha também não só na questão do trabalho; onde as discriminações são as maiores desde a questão da laqueadura, que aqui foi colocada como também os trabalhos pesados são para homens, e os mais leves são para mulheres.

A questão da mulher negra, por exemplo, que além de ser discriminada por ser mulher, é ainda discriminada por ser negra. Então, quando ela procura serviço, começa desde a boa aparência até a própria capacidade dela, de ser ou não uma boa profissional pelo fato de ser negra. E muitas vezes, ela é encarada pelo machismo que ainda tem nesta sociedade, como um objeto sexual. O homem quando pensa em casar, pensa em casar com a branca, e, quando pensa em satisfazer seus atos sexuais, pode ser até com a negra, e, inclusive tem tantas músicas que colocam isto na ordem do dia.

Então, companheiros, todas estas discriminações, que se a gente fosse falar aqui, ficaríamos horas e horas, e eu sei que têm outros companheiros que querem falar. Eu identificaria o seguinte: que neste momento, desde 1910 principalmente, com a criação do 08 de março, mas, que mesmo com o desenvolvimento capitalista, mesmo com a situação de crise econômica, que o Brasil vive hoje, onde as mulheres também

têm de sair mais para o trabalho, até para a questão de aumento da renda familiar, essas mulheres começaram até uma vida com uma participação maior na luta política.

Na Constituição Federal, tiveram a participação política efetiva, e vitórias, como principalmente a vitória para 120 dias para as gestantes. Hoje coloca para nós a questão também de continuar esta luta, não só na questão da Constituição Estadual, mas também, na municipal e nas questões mais gerais da política hoje.

Nós tínhamos, companheiros, que enquanto, entidades civis organizadas, participamos de um amplo processo; de um amplo movimento popular que hoje se inicia no País contra os planos verdes, contra o Governo Sarney que hoje está impondo ao trabalho esta Lei. Contra a Ministra do Trabalho que por ser mulher, mas, apenas é mulher, mas na verdade continua com a política discriminatória, com relação não só aos trabalhadores, mas, com as próprias mulheres.

Então, companheiros, é necessário que nos unamos. Unamo-nos nesta forte corrente popular, que hoje coloca na ordem do dia as mudanças que este Brasil espera há tantos anos. E essas mudanças, companheiros, não podemos esperar por mais tempo, as nossas gerações, a minha geração, outras gerações e as gerações dos meus filhos estão sendo sacrificadas, portanto, não podemos mais esperar. Temos que nos organizar, nos fortalecer unidos para criação de uma sociedade, onde faça parte da pré-história. Onde esta sociedade que vige que homens e mulheres se diferenciam, que vige a separação pelo sexual, que vige todas essas discriminações para a mulher. É necessária esta unificação e por isso, conclamo a todas para esta unidade em torno de hoje, de um programa que vai eleger pela primeira vez, depois de vinte anos um Presidente da República e portanto, muito importante. talvez a grande parte de nós, aqui presentes, nunca votamos para Presidente da República, e ao votarmos pela primeira vez é necessário que votemos com a consciência de que somos mulheres mas que somos unidas como os homens. Neste grande movimento popular é que poderemos transformar esta sociedade numa sociedade justa e igualitária.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) Terminando de falar as entidades representantes do fórum paranaense dos direitos da Mulher, estando a palavra livre encontra-se inscrita para falar a Vereadora Rosa Maria Chiamulera.

A SRA. ROSA MARIA CHIAMULERA - Sra. Presidente do Conselho Estadual Comissão

Feminina, Srs. Deputados, Líderes de Associações de Mulheres, Senhoras e Senhores.

Eu queria, antes de mais nada, parabenizar o Conselho Estadual da Condição Feminina e todas as entidades que estão trabalhando para encaminhar essas nossas reivindicações e agradecer também, antecipadamente, aos Deputados que irão trabalhar para incluir as nossas reivindicações na Lei Magna de nosso Estado, na nossa Constituição Estadual.

E queria aproveitar esta oportunidade para convidar a todas aqui presentes, para a posse do Conselho Municipal da Condição Feminina, que se dará hoje às 19:00 horas, na Câmara Municipal de Curitiba. Queria informar que não foram enviados convites pelo correio, porque somente ontem pela manhã foi aprovado em Plenário a definição do horário, já que hoje pela manhã tinha uma reunião da CUT de Líderes Trabalhistas e Sindicalistas com relação à greve.

Gostaria, se o tempo me permitisse, parece que a gente tem um limite de tempo, não é, Deputada? Eu queria ler aqui para esta plateia um pronunciamento anônimo, não sei quem foi que redigiu, mas que define claramente, a condição contraditória e ainda a discriminação por que passa a mulher.

Este texto foi lido, e queria aqui registrar a vitória do Conselho Municipal da Condição Feminina na sua gestão anterior, durante o julgamento da Tina, do médico incendiário da Tina e que foi um sucesso das lutas das mulheres, porque sem a mobilização das mulheres esse médico nem teria ido a julgamento. Então, eu acho que foi uma grande vitória do Conselho Municipal da Condição Feminina e quero que este novo Conselho que vai tomar posse hoje à noite na Câmara Municipal também possa realizar muito em prol da emancipação e do reconhecimento dos direitos da mulher. (Lê):

"USADA E ABUSADA,
PALPÁVEL MAS OCA,
AMAINADA PARA MAE,
ACUSADA E RECUSADA,
CALADA E MAL FALADA,
ALIENADA E ESQUECIDA,
ORDENADA E ORDENHADA,
SOLÍCITA E SOLICITADA,
BORDADEIRA E ABORDADA,
AFASTADA E SEMPRE À MÃO,
MODERADA E BEM ADORNADA,
DÁ À LUZ E VIVE ESCONDIDA,
TRANSCENDE EM DESCENDÊNCIA,
MAL INFORMADA FORMA PESSOAS,
FOI VOCADA A NÃO TER VOCAÇÕES.
SEM NECESSIDADES, SÓ CAPRICHOS
INCLINADA POR INSTINTO SÓ AO LAR
CRITICADA E FADADA À IDADE CRÍTICA
ECONÔMICA NADA ENTENDE DE ECONOMIA
DOMINGO, DIA DO SENHOR, NÃO DESCANSA.
O QUE NO HOMEM É ESTILO, NELA É RELAXO

NÃO DÁ TOM E DANÇA CONFORME A MÚSICA
CHORA QUANDO NÃO TEM MAIS NADA A DIZER
CONSUMIDORA VORAZ É VORAZMENTE CONSUMIDA
É O QUE MAIS CONSTA E O QUE MENOS SE NOTA
NO DICIONÁRIO FIGURA COMO A FÊMEA DO HOMEM
PARA COMPREENDER NÃO TEM MUITO O QUE
APRENDER

A MELHOR PAISAGEM ATRÁS DO BURACO DA FE-
CHADURA

PRODUZ POUCO PORQUE JÁ REPRODUZ E ISSO LHE
BASTA

NÃO PRECISA SER ATUALIZADA MAS DEVE ANDAR
NA MODA

A FORÇA QUE DISPENDE PARA SER FRÁGIL CON-
TINUA OCULTA

AS SUAS TENTATIVAS DE PARTICIPAÇÃO RECEBEM
COMO INTROMISSÃO.

JÁ QUE NÃO TEM RESPONSABILIDADE, NÃO PODE
TER MAU HUMOR

TEM QUE SER UMA OBRA DE ARTE QUE NÃO FIQUE
PARA A POSTERIDADE

PERDE TANTO SANGUE QUE FICA COM O QUE SE
CHAMA POR AÍ DE "SANGUE DE BARATA".

DÓCIL, MEIGA, SUTIL E SUBMISSA, DEIXA AOS
HOMENS OS DEFEITOS CORRESPONDENTES;

PRECISA-SE: TORNEIRO MECÂNICO, CONTADOR,
ANALISTA DE SISTEMAS, ENGENHEIROS ETC COM
CAPACIDADE COMPROVADA, E DE UMA RECEPCIO-
NISTA COM ÓTIMA APARÊNCIA.

PODE ESCOLHER ENTRE O CÉU E O INFERNO, MAS
A TERRA NÃO, ESSA É DO SEXO OPOSTO.

ENTRAVE PARA A LIBERDADE MASCULINA ATRAVÉS
DA OBEDIÊNCIA.

QUANTO MAIS ESPÍRITO MELHOR, MAS O FUTURO
ACABA JUNTO COM A BELEZA.

SE FOR GRANDE É PORQUE ESTÁ ATRÁS DE UM
GRANDE HOMEM

SEMPRE ESPERANDO E LEVANDO A FAMA DE SE FA-
ZER ESPERAR

SEU ENTUSIASMO É CHAMADO DE ASSANHAMENTO
NASCIDA PARA DENTRO AÍ FICARÁ
ATÉ QUE A TERRA COMA O RESTO
QUE OS FILHOS E OS HOMENS DEIXAM.
FAZ PAR..., MAS EMBAIXO."

O texto é um pouco severo, sério, mas
acho que diz muito bem da realidade, da
mentalidade de muitos homens, que muitos
homens têm em relação à mulher.

Eu espero que o movimento de mulheres
do Estado do Paraná cresça e progrida para
que essas mentalidades, essas idéias da
mulher como objeto, possam desaparecer da
face da terra.

E eu queria neste momento também,
Sras. e Srs., dizer que fiquei chocada com
as reportagens sobre - infelizmente - a
atuação de nossos ministros, especialmente
desse Ministro, o "Robertão", e queria fa-
zer um pedido à Presidenta do Conselho Es-
tadual da Condição Feminina e também a to-
das as líderes de demais entidades de mu-
lheres que enviasssem telegramas ao Presi-
dente Sarney pedindo punição e exoneração
do cargo desse ministro e que mandemos
também telegramas parabenizando a Leonel

de Castro, Secretário do Patrimônio da
União, que demitiu o genro do Ministro Ro-
berto Cardoso Alves, do Desenvolvimento
Industrial, da Ciência e Tecnologia, mas
que deve ser mesmo do enterro industrial
do País, porque este extorquia propinas de
pobres e ricos para conferir certidões de
posse de sua Delegacia.

Eu acho que se nós, mulheres, tomarmos
a peito e mandarmos telegramas aos líde-
res, aos administradores públicos que cum-
prem o seu dever, que fazem o que deve ser
feito e exigir das autoridades correspon-
dentes a atitude que eles devam fazer em
casos desse tipo de malversação do dinhei-
ro público e de negociatas, eu tenho cer-
teza que o movimento de mulheres iria con-
seguir muito. Nós somos uma força muito
importante. - Não é possível que a gente
continue a ver o dinheiro do trabalhador,
o dinheiro que poderia ir para a creche e
para as crianças ser assim malbaratado
através de ministérios pomposos e isso tem
se sucedido no Governo Sarney. Primeiro
foi o Aníbal Teixeira, agora esse Aluísio
Alves que quer ser ministro do Superior
Tribunal Militar e também o tal de "Rober-
tão".

Eu acho que nós mulheres, temos compe-
tência para exigir um pouco mais de mora-
lidade na administração da coisa pública.
Eu queria aqui pedir à nossa Presidenta da
Conselho Estadual da Condição Feminina,
que fizésssemos uma campanha a nível muni-
cipal, que os conselhos municipais mandas-
sem telegramas cobrando do Presidente Sar-
ney uma atitude decente neste episódio,
enquanto milhões de dólares - não são mi-
lhões de cruzados - são malbaratados no
Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto
Brasileiro do Café, não há recursos para
pagar melhor o trabalhador, não há dinhei-
ro para as creches, não há dinheiro para a
merenda escolar. Eu acho que isso não pode
continuar e o Movimento de Mulheres tem
que ser a linha de frente na batalha em
favor de uma reconstrução nacional, com
mais moralidade e justiça na administra-
ção.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) - Fica
aí a proposta da Vereadora Rosa Maria
Chiamulera.

Gostaria também que as entidades de
mulheres aqui presentes e as próprias mu-
lheres, pudessem passar um telegrama ao
Presidente e ao Ministro Oscar Correa, pe-
lo grande corte de 70% no Orçamento do
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher,
que foi por ele taxado como inoperante.
Como ele é um homem conservador, oriundo
ainda do período ditatorial, não tem noção
do que seja o trabalho efetuado pelo Con-
selho Nacional dos Direitos da Mulher, ele

simplesmente acha que neste momento pode quase que destruir o Conselho da Condição Feminina, Conselho dos Direitos da Mulher a nível nacional, simplesmente fazendo um corte, dizendo que nós mulheres brasileiras não trabalhamos. Além de fazermos parte do Movimento de Mulheres, quase todas as mulheres que trabalham para o Conselho, o fazem gratuitamente, mas as companheiras que estão trabalhando no Conselho Nacional estão sendo demitidas ou estão voltando aos seus órgãos de origem, porque estavam prestando serviços ao Conselho.

Eu gostaria que esse protesto fosse registrado pelas companheiras num telegrama ao Presidente Sarney e ao Ministro Oscar Correa, da Justiça, dizendo que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fez uma grande conquista neste século.

Esta importância do seu trabalho deve continuar, não com um corte, mas sim com um maior auxílio, para que o Conselho possa trabalhar.

Vou chamar também para usar da palavra a Sra. Maria de Lourdes Montenegro, Presidente da Executiva Regional do PSDB.

A SRA. MARIA DE LOURDES MONTENEGRO - Srs.

Deputados, membros da Constituinte Estadual, minha companheira Irondi Pugliesi, Deputada Estadual e Presidente do Conselho da Condição Feminina, meu Líder de Bancada, Deputado Nereu Massignan, Líder do PSDB nesta Casa, especialmente aos movimentos femininos aqui representados, Vereadora Rosa Maria, amiga, companheira, lutadora e que me conhece até pela risada, eu gostaria muito de não falar, de não dizer nada.

Tenho a impressão de que nossos Deputados falarão pelas mulheres, por estas mulheres que não puderam vir aqui porque não sabiam ou porque não queriam.

As que não sabiam, a elas devemos uma explicação. Não as convidamos como deveríamos. As que não queriam, infelizmente formam a maioria absoluta da bancada de mulheres brasileiras. A maioria das mulheres brasileiras ouvem e recebem caladas todo o tipo de violência que contra elas é cometido.

Uma Assembleia como esta, do dia 08 de março, que tem um significado enorme, deveria ser feita na rua. Das ruas nós deveríamos trazer as sugestões à Constituinte do nosso Estado. Das ruas, entre milhares de todos os escalões, de todas as dificuldades, de todo o Brasil e por isso de todas as idades, deveríamos trazer dessas mulheres, as sugestões à essa bancada: das sulamericanas tão bem representadas aqui pela companheira Gladis, da Casa Latino-Americana, das negras, das índias. Com elas deveremos falar e delas trazer as sugestões, mas não temos tempo, as nossas

vidas são complicadas, somos sempre as mesmas a batalhar pelas causas que às vezes nos parecem perdidas, somos chatas, consideradas chatas, somos vistas, ouvidas e fotografadas, sempre as mesmas.

Por isso, eu gostaria de dizer, em nome do Partido que eu represento, em nome dessas mulheres que não sabem que têm direito, que ainda há mulheres neste Brasil a serem seguidas.

Que é preciso, é necessário, é indispensável, que nós escolhamos a hora, escolher a hora de dizer basta e escolher a hora de cumprimentar as companheiras da Bah'is, que estão aqui, silenciosas mas ativas, essas mulheres que dentro das suas casas articulam grande movimento, que vem de longe, mas que significa dizer "presente", "presente" à luta, "presente" ao trabalho, "presente" ao direito, mas jamais "presente" à omissão.

Que nós façamos erros, que nós todas mil vezes tenhamos que dizer "desculpe", "perdoe", aos nossos maridos, aos nossos filhos, aos nossos vizinhos, aos nossos companheiros, mas que sejam ações efetivas, e eu gostaria, embora seja responsável por um setor importante da minha comunidade, de não falar só em nome do meu PSDB, mas falar em nome de todas essas mulheres e por elas homenagear uma mulher que considero uma das grandes lutadoras deste Estado, que não se deixa abater por luta alguma: continua na luta, Télia Negro, os meus cumprimentos!

A SRA. PRESIDENTE (Irondi Pugliesi) Esta

Presidência agradece à Mesa Diretora desta Casa, a oportunidade concedida, para que as mulheres pertencentes aos Movimentos de Mulheres do Paraná, pudessem fazer-se ouvir, porque neste momento importante por que passa o País e principalmente o Paraná, com esta Casa revestida nos Poderes Constituintes, que as nossas vozes possam ser ouvidas e junto, com toda a sociedade brasileira, os constituintes paranaenses possam contribuir para as transformações históricas e para a igualdade, não só entre homem e mulher, mas também entre os povos; quero agradecer às companheiras, às que vieram de longe, como do Município de Ivaí, a presença aqui. Conclamando a todas para que façam da sua voz a voz da luta, para que não fiquem só na Lei os nossos direitos, mas que se possa fazer valer na prática, no dia-a-dia.

Encerrando esta sessão, convido a todos os presentes a participarem do coquetel de confraternização que será oferecido no salão de festas desta Casa.

Agora, eu gostaria de pedir perdão, porque tenho a inscrição ainda do Deputado Pedro Tonelli, e como único homem inscrito que solicitou da palavra, a fazer uso des-

ta palavra. Então, Deputado, eu gostaria que, como parlamentar companheiro nosso, de Assembléia, o Sr. pudesse encerrar esta sessão. Peço perdão porque me esqueci da sua inscrição.

O SR. PEDRO TONELLI - Sra. Presidente em exercício nesta sessão de trabalho da Constituinte Estadual, Deputada Irondi Pugliesi, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, mui dignas representantes das entidades que defendem o interesse da metade do povo paranaense, as mulheres integrantes de partidos políticos, integrantes de outros Parlamentos, da Câmara de Vereadores que aqui estão, a nossa saudação.

O nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores já demonstrou e tem um compromisso programático com as mulheres, 8 de março, concordo com muitas afirmações proferidas nesta tribuna, de que 8 de março antes de ser um dia de festa é um dia de luta das mulheres, é um março internacional de luta pela igualdade e sabemos muito bem que nos países socialistas, aonde existem as maiores lutas pela igualdade, as mulheres têm conquistado um maior grau de direitos e sabemos também que nos países capitalistas, especialmente nos países capitalistas subdesenvolvidos, a exploração é ainda maior sobre todos os exploradores e exploração, ela se torna ainda maior sobre as mulheres e as mulheres trabalhadoras.

É verdade que houve alguns avanços na questão institucional na Constituição brasileira, promulgada no ano passado, nós sabemos também que a lei não basta, porque a lei não muda os costumes, e é preciso que haja uma mudança cultural para que as mulheres efetivamente sejam iguais aos homens.

De um lado é necessário uma mudança na mentalidade de todos nós homens, que muitas vezes por força dos instrumentos de denominações e temos que destacar aqui os meios de comunicação de massa, que somos educados às práticas machistas, que muitas vezes se deliciam nas novelas e nas propagandas diante da beleza da mulher, mas por outro lado, a luta necessária das próprias mulheres para que não se submetam e que não se permitam na reprodução desta prática, através da submissão. É necessário que as próprias mulheres se conscientizem de que só com a luta decidida e organizada, conseguirão os seus direitos e a igualdade tão almejada. Porém, é preciso dizer que essa luta libertária não pode estar desligada de uma luta maior, que é a luta pela libertação de toda a classe trabalhadora; como mulheres e como mães, como participantes desta sociedade, não podemos esquecer a perversa situação econômica que nos desafia. O arrocho salarial, o desem-

prego, a fome, a miséria, a falta de terra, as precárias condições de saúde, de hábito, o pouco lazer, são demonstrativos de que a nossa luta pela conquista pelos direitos da mulher não se dão somente num movimento feminista bem organizado.

É preciso entender que a mudança desta sociedade só virá com a luta conjunta, com toda a classe trabalhadora. Ninguém melhor do que as mulheres, para compreender esta realidade dura e denunciá-la; pois, qual a mulher, qual a mãe que se cala diante de um salário de fome, como nós temos hoje? Qual a mulher e a mãe que quer ver o seu companheiro, o seu filho escravizado por este salário tão ridículo?

O Partido dos Trabalhadores quer deixar aqui empenhado a nossa solidariedade às mulheres neste dia, não uma solidariedade passiva e vazia, de quem assiste à distância a luta da mulher. Possa esta solidariedade e, que seja traduzida na luta do nosso Partido, no dia-a-dia, pela libertação da mulher, do negro, do índio, enfim de toda a classe trabalhadora.

Depositamos aqui a nossa esperança, na força organizada das mulheres trabalhadoras, porque a mudança do regime que nós propomos, não será possível sem a participação das mulheres, que são a metade.

Não acreditamos que os direitos das mulheres sejam amplamente, garantidos, sem a mudança deste regime opressivo, desanimador e discriminador. Por isto, companheiros, e companheiras que aqui estão, as mulheres já estão mostrando na prática. O nosso Partido se orgulha de termos hoje, na região do Alto Uruguai, e no Rio Grande do Sul, 8 mulheres trabalhadoras, eleitas pelas trabalhadoras organizadas nas Câmaras de vereadores do Alto Uruguai.

Orgulhamo-nos de termos outros 36 prefeitos que nós elegemos na última eleição, 2 prefeitas exemplares; Santos, o maior Porto de exportação do Brasil; e a maior cidade da América Latina Luíza Erundina, em São Paulo, que está aí para o Brasil ver, que a mulher sabe governar, que a mulher sabe administrar, e que as suas capacidades estão postas aí, para a malhação nacional.

Portanto, Senhora Presidente, Senhores e Senhoras Constituintes, e demais aqui presentes, o dia da luta da mulher, não é o dia 8 de março; essa é uma data simbólica. O dia da luta da mulher, serão os 365 dias; e esperamos que com esta força organizada, somada ao conjunto da classe trabalhadora brevemente passaremos esse verão triste, e chegue logo a primavera que tanto almejamos.

Era isto, Senhora Presidente, era isto Senhores Constituintes, era isto Senhores presentes.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ironi Pugliesi) Dando por encerrada esta sessão, então, volto a convidar as nossas companheiras e a todos os presentes para o coquetel de confraternização que, será oferecido, no sa-

lão de festas desta Casa.
Muito obrigada.

Levanta-se a sessão.